Ilustração Jade Roriz

opinião do executivo

O que esperar da política de inovação brasileira

POR ***HELOISA MENEZES***
PGA 2017

Não esperem deste governo a mesma política e o entusiasmo com que a inovação foi tratada nos últimos 15 ou 20 anos. A defesa que o ecossistema faz dos instrumentos atuais e a ênfase da inovação nas políticas públicas podem se perder, caso não incorporem a busca pela demonstração de resultados e inovações institucionais. Alçar o Brasil da 66ª posição no ranking do *Global Innovation Index* para a 20ª, até 2030 – missão audaciosa do governo –, requer ação simultânea em muitas frentes e indicadores, foco estratégico e investimentos elevados. É hora de gerar mais resultados e com maior velocidade.

O fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (PD&I) no Brasil tem como base principal instrumentos de subvenção econômica e de incentivo fiscal, crédito diferenciado e cláusulas obrigatórias de P&D diante da exploração de serviços públicos. São instrumentos de naturezas distintas, ampliados e diversificados ao longo do tempo para atender à complexidade do processo de inovação e do ecossistema e aos diferentes estágios de PD&I.

A grande novidade institucional é a EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e sua rede de institutos de tecnologia credenciados. Criada em 2013, como gestão público-privada focada em resultados, a instituição utiliza recursos públicos para alavancar outros dois terços de recursos, geridos de maneira rápida, sem burocracia e com baixo custo de operação.

Após mais de 20 anos da criação da maioria dos instrumentos de estímulos, que se ressentem da falta atual de recursos ou de efetividade em suas ações, e diante da meta do governo, é possível verificar que os resultados obtidos em inovação não refletem o tamanho do esforço e o volume de recursos empenhados.

Criamos um ecossistema científico robusto, que nos coloca em boas posições relativas nos subíndices de inovação. A produção de conhecimento científico está na base da cadeia da inovação que acontece nas empresas e é capaz de desenvolver soluções de problemas que encontram eco no mercado. São as bases empresariais, robustas e ativas, que se capacitam a transformar conhecimentos em negócios e produtos lucrativos. O desafio para as organizações na era da disrupção é claro: investir mais no processo de inovação, inovar com o ecossistema – e não mais apenas via departamentos internos de P&D –, melhor e com maior rapidez. Precisamos de organizações menos hierárquicas, mais ágeis e protagonistas no ecossistema de inovação. Que se interessem em promover sua transformação digital e saibam como fazê-lo.

Os instrumentos e volumes de recursos disponíveis devem apoiar a inovação que as empresas e o país precisam, no momento de disrupção nos processos de inovação e nos negócios. Em 2019, ano de ajuste fiscal e orçamentário, a maioria das ações de governo teve caráter de planejamento, a exemplo das consultas públicas sobre a Política Nacional de Inovação, a Estratégia Nacional de Inteligência Artificial e o Marco Legal de Startups. No apagar das luzes, com grande protagonismo do Congresso Nacional, recuperou-se parte do orçamento de 2020 para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

De concreto, as melhorias nos procedimentos administrativos para o uso da Lei do Bem trazem agilidade e segurança operacional ao principal benefício fiscal do país destinado à inovação. O anúncio da criação de oito centros de pesquisa em Inteligência Artificial e iniciativas anteriores de fomento à Internet das Coisas e à Manufatura 4.0 revelam o olhar atento às tecnologias disruptivas, aplicadas aos setores produtivos. Mas, ainda são insuficientes rumo à economia digital, que deve ser impulsionada para criar *spillovers* pelo país.

Os fundos privados de *endowment* foram regulamentados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) para complementar os recursos de CT&I com doações de empresas privadas. Comum nas universidades e institutos de pesquisa dos países desenvolvidos, esses fundos podem ter caráter permanente, estável e previsível, independentemente de recursos do orçamento público. E não são contingenciáveis, como os fundos setoriais e o Fundo Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (FNDCT).

O governo digital superou, em 20%, sua meta de digitalização de serviços e pretende digitalizar mais de mil novos até o final de 2020. É hora de utilizar o e-gov não apenas para melhorar a prestação de serviços ao cidadão, mas também para induzir o ecossistema de empreendedorismo inovador, lançando mão de dados abertos, desafios e encomendas. Um exemplo poderoso de compras indutoras são os contratos de compensação tecnológica, como os projetos em andamento para construção dos caças Gripen, em parceria com a sueca Saab, que envolve empresas de todos os portes.

As iniciativas mais impactantes no primeiro ano do novo governo saíram do Ministério da Economia. Duas propostas de emenda constitucional (PEC) tocam no coração dos instrumentos atuais de inovação. A PEC 187 desvincula a destinação de recursos dos fundos de suas fontes de recursos, atingindo em cheio o FNDCT e os fundos setoriais, que representam mais da metade do orçamento do MCTIC. Em 2019 foram arrecadados R$ 4,5 bilhões para o FNDCT, mas somente R$ 600 milhões foram disponibilizados. A PEC 186 determina a revisão de todos os benefícios fiscais vigentes e estabelece um teto de gastos com renúncias fiscais de até 2,5% do PIB, contra o patamar atual (cerca de 4%).

Medidas como essas requerem profunda reflexão sobre a eficácia dos instrumentos atuais de incentivo à inovação. É forte o questionamento dos mecanismos atuais e de seus impactos sobre os resultados da inovação no Brasil. Buscam-se instrumentos menos dependentes do governo e a promoção de ajustes operacionais importantes, o que é fundamental, mas ainda insuficiente quando se almejam saltos nos *rankings* de inovação. Precisamos promover uma grande transformação na política científica e tecnológica e nas estratégias pró-competitividade. É preciso inovar a inovação!

Heloisa Menezes é economista, *executive in residence* na Fundação Dom Cabral. Foi diretora técnica do Sebrae Nacional, diretora da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e secretária de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.